

1926-2014 Manuel Jacinto Nunes

Manuel Jacinto Nunes era um homem culto e sereno. Conheci-o em diversas circunstâncias e em funções múltiplas e tive dele sempre a mesma impressão de afabilidade, de inteligência, de sobriedade e de abertura de espírito.

Foi assim até à última vez que nos vimos, com a sua simpatíssima mulher, na embaixada de um país amigo. Como se compreenderá, ao longo de muitos contactos, houve momentos mais complexos e outros mais distendidos, mas a sua natureza não era dada a alterações de humor. A sua atitude circunspecta associava-se a um humor fino, que a extraordinária cultura tornava muitas vezes deliciosamente surpreendente. Dotado de grande experiência, partilhava a ideia que um dia foi expressa pelo dramaturgo que nos deixou por estes dias, Ariano Suassuna: «o otimista é um tolo, o pessimista, um chato, bom mesmo é ser realista esperançoso». Assim o conheci sempre.

O Professor Jacinto Nunes era, sobretudo, um pedagogo e um estudioso, um académico atento, por isso punha reservas relativamente às simplificações e aos dogmatismos. Conta a lenda que Oliveira Salazar, de quem o economista foi Subsecretário de Estado, com poderes muito alargados, sendo Ministro das Finanças A.M. Pinto Barbosa, lhe teria dito que sabia das suas



POR
**Guilherme
d'Oliveira
Martins**

Presidente do Tribunal de contas. Membro do conselho editorial de *Nova Cidadania*

inclinações keynesianas, mas que tal não o trazia preocupado porque isso lhe passaria. A verdade é que nem Jacinto Nunes era um seguidor ortodoxo de qualquer escola, nem a sua coerência de humanista e a crença na sociedade aberta viriam a esmorecer vida fora. Aliás, por isso mesmo, foi um dos esteios fundamentais da transição constitucional, com provas dadas, gozando do respeito geral de quem com ele trabalhou - o interesse nacional e a democracia articulavam-se com os ideais europeus dos pais fundadores do pós-guerra, cujos valores partilhava.

Conheci-o como Governador do Banco de Portugal, como Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças, como Presidente da Caixa Geral de Depósitos, mas sobretudo como profun-

do conhecedor da história económica, em especial do último século, já que esteve no centro dos acontecimentos e das decisões desde muito jovem. O seu currículo é impressionante. Quando elaborei os Subsídios para a História do Ministério das Finanças contei com o seu inexcedível apoio. E lembro-me de ele ter ficado surpreendido pelo facto de o resultado dos seus contributos, quase até à hora de fechar a edição, ter sido inteiramente aproveitado, tal a sua riqueza e pertinência. E testemunho que a sua memória e o seu escrúpulo iam até à indicação rigorosa e detalhada dos valores monetários, negociados ou renegociados, designadamente no âmbito do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. E foi muito interessante (e para mim uma experiência riquíssima) o facto de os testemunhos dos Professores Pinto Barbosa e Jacinto Nunes encaixarem um no outro impecavelmente. Houve uma complementaridade total de entendimento e de compreensão dos problemas, relativamente a um período muito complexo da vida nacional.

O Ministro e o Subsecretário de Estado de outrora reconstituíram-me, cada um por si, em manhãs de trabalho intenso e sem gravadores, esses tempos de fim da autarcia e de internacionalização necessária, percebendo-se as resistências do Presidente do Conselho, nas vésperas de adesão à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), do fim da pauta aduaneira protecionista, da alteração do velho sistema fiscal dos rendimentos normais e do prenúncio da grave questão colonial. E se falo de articulação, a verdade é que havia por vezes leituras diversas, não nos factos, mas nos objetivos, o que muito enriqueceu esses testemunhos, que o tempo e a moderna historiografia plenamente confirmaram. Se Pinto Barbosa (membro do governo de 1950 a 1965) trazia longas e preciosas notas, muito completas, que explicava detalhadamente, Jacinto Nunes, membro do governo de 1955 a 1959, tinha poucos apontamentos, mas revelava um conhecimento de pormenores, num grau impressionante, o que se deveu à circunstância de ter tido a seu cargo, em simultâneo, num período determinado, as áreas do Tesouro e do Orçamento, o que em termos de funcionamento



da Administração Pública era decisivo.

Se me perguntarem o que retenho do meu contacto com Manuel Jacinto Nunes e dos seus ensinamentos, digo, sem sombra de dúvida, que é a sua faceta de académico e humanista, capaz de compreender a ciência económica como uma ciência social difícil e sempre posta em causa, em razão da incerteza e da complexidade. A recente crise financeira e as suas origens tiveram, por isso, da sua parte uma apreciação fortemente crítica, uma vez que descrevia dos determinismos e das pro-

jeções lineares, e não esquecia os ensinamentos da sua dissertação de doutoramento sobre «Rendimento Nacional e Equilíbrio Orçamental» (1957). E, se conhecia, como muito poucos, toda a obra de John Maynard Keynes (acusando muitos que falavam dela de a não terem lido), o certo é que compreendeu criticamente o seu alcance. A essência do problema para Keynes era a incerteza, afastando a ideia da previsibilidade perfeita e exigindo a prova real nas políticas públicas. A condição «ceteris paribus» é posta em

Se Jacinto Nunes conhecia, como muito poucos, toda a obra de John Maynard Keynes, o certo é que compreendeu criticamente o seu alcance. A essência do problema para Keynes era a incerteza, afastando a ideia da previsibilidade perfeita e exigindo a prova real nas políticas públicas

causa pela história, em razão da mutabilidade determinada pelas invenções técnicas. E a verdade é que Keynes não esqueceu a moeda. O mestre português sempre disse, por isso, que os seguidores do professor de Cambridge leram (e mal) uma parte apenas da sua obra, relativa à instabilidade do capitalismo, mas não compreenderam a exigência de respostas práticas à incerteza social e política. Afinal, como Jacinto Nunes ensinava, na linha de Leijonhufvud: «o keynesianismo tornou-se, diferentemente da ideia de Keynes, uma teoria antimonetária e não relacionada com a teoria dos preços». Não pode desprezar-se a política monetária, já que o motivo especulação constitui razão para a variação das taxas de juro a longo prazo, que devem ser acompanhadas em nome de um investimento. De facto, a política de investimento do Estado não é neutral, importando saber qual a capacidade produtiva (como disseram Harrod e Domar) e que o emprego é um problema político. Com meridiana clareza, o professor sabia que para compreender uma obra é preciso lê-la toda, inclusive as entrelinhas e integrar as lacunas... Leitor permanente, atento e insaciável, considerou, por exemplo, o dinamismo de Schumpeter um elemento crítico fundamental para a ciência moderna, não pela suposta profecia do austríaco, mas pelo seu método de partir da capacidade inovadora do empresário a longo prazo. Do mesmo modo, reteve na obra de François Perroux a importância da relação entre o poder (macrodecisão) e a sociedade humana, incorporando a complexidade e as assimetrias no desenvolvimento das instituições e da concorrência. Com o seu sorriso inconfundível e o olhar curioso, a Manuel Jacinto Nunes foi sempre a cultura crítica que o entusiasmou, nunca qualquer dogmática iludida com o controlo da realidade. ■



(...) o que retenho do meu contacto com Jacinto Nunes e dos seus ensinamentos (...) é a sua faceta de académico e humanista, capaz de compreender a ciência económica como uma ciência social difícil e sempre posta em causa, em razão da incerteza e da complexidade